



COMISSÃO
EUROPEIA

Bruxelas, 14.12.2022
C(2022) 9139 final

ANNEXES 1 to 4

ANEXOS

do

REGULAMENTO (UE) .../... DA COMISSÃO

que declara determinadas categorias de auxílios a empresas ativas na produção, transformação e comercialização de produtos da pesca e da aquicultura compatíveis com o mercado interno, em aplicação dos artigos 107.º e 108.º do Tratado sobre o Funcionamento da União Europeia

{SEC(2022) 441 final} - {SWD(2022) 408 final} - {SWD(2022) 409 final}

ANEXO I
Pequenas e médias empresas (PME)

1. Empresa

Entende-se por empresa qualquer entidade que, independentemente da sua forma jurídica, exerce uma atividade económica. Consideram-se como tal, nomeadamente, os trabalhadores por conta própria e as empresas familiares que exercem uma atividade artesanal ou outra, as sociedades de pessoas ou as associações que exercem regularmente uma atividade económica.

2. Efetivos e limiares financeiros que definem as categorias de empresas

2.1. A categoria das micro, pequenas e médias empresas («PME») é constituída por empresas que empregam menos de 250 pessoas e cujo volume de negócios anual não excede 50 milhões de EUR e/ou cujo balanço total anual não excede 43 milhões de EUR.

2.2. Na categoria das PME, uma pequena empresa define-se como uma empresa que emprega menos de 50 pessoas e cujo volume de negócios anual e/ou balanço total anual não excede 10 milhões de EUR.

2.3. Na categoria das PME, uma microempresa define-se como uma empresa que emprega menos de 10 pessoas e cujo volume de negócios anual e/ou balanço total anual não excede 2 milhões de EUR.

3. Tipos de empresa tomados em consideração para o cálculo dos efetivos e dos montantes financeiros

3.1. Entende-se por «empresa autónoma» qualquer empresa não seja qualificada como empresa parceira, na aceção do ponto 3.2, ou como empresa associada, na aceção do ponto 3.3.

3.2. Entende-se por «empresas parceiras» todas as empresas que não são qualificadas como empresas associadas na aceção do ponto 3.3 e entre as quais existe a seguinte relação: uma empresa (empresa a montante) detém, sozinha ou em conjunto com uma ou várias empresas associadas na aceção do ponto 3.3, 25 % ou mais do capital ou dos direitos de voto de outra empresa (empresa a jusante).

No entanto, uma empresa pode ser qualificada como autónoma, não tendo, portanto, empresas parceiras, ainda que o limiar de 25 % seja atingido ou ultrapassado pelos seguintes investidores, desde que estes não estejam, a título individual ou em conjunto, associados, na aceção do ponto 3, à empresa em causa:

- a) Sociedades públicas de participação, sociedades de capital de risco, pessoas singulares ou grupos de pessoas singulares que tenham uma atividade regular de investimento em capital de risco (investidores providenciais) e que invistam fundos próprios em empresas não cotadas na bolsa, desde que o total do investimento dos investidores providenciais na mesma empresa seja inferior a 1 250 000 EUR;
- b) Universidades ou centros de investigação sem fins lucrativos;

- c) Investidores institucionais, incluindo fundos de desenvolvimento regional;
- d) Autoridades locais e autónomas com um orçamento anual inferior a 10 milhões de EUR e menos de 5 000 habitantes.

3.3. Entende-se por «empresas associadas» as empresas que mantêm entre si uma das seguintes relações:

- a) Uma empresa detém a maioria dos direitos de voto dos acionistas ou sócios de outra empresa;
- b) Uma empresa tem o direito de nomear ou exonerar a maioria dos membros do órgão de administração, de direção ou de fiscalização de outra empresa;
- c) Uma empresa tem o direito de exercer influência dominante sobre outra empresa, por força de um contrato com esta celebrado ou de uma cláusula dos estatutos desta última empresa;
- d) Uma empresa acionista ou sócia de outra empresa controla sozinha, por força de um acordo celebrado com outros acionistas ou sócios dessa outra empresa, a maioria dos direitos de voto dos acionistas ou sócios desta última.

Presume-se que não há influência dominante se os investidores indicados no ponto 3.2, segundo parágrafo, não participarem direta ou indiretamente na gestão da empresa em causa, sem prejuízo dos direitos que detêm na qualidade de acionistas.

As empresas que mantenham uma das relações referidas no primeiro parágrafo por intermédio de outra(s) empresa(s), ou dos investidores referidos no ponto 3.2, são igualmente consideradas associadas.

As empresas que mantenham uma das relações acima descritas por intermédio de uma pessoa singular ou de um grupo de pessoas singulares que atuem concertadamente são igualmente consideradas empresas associadas, desde que essas empresas exerçam as suas atividades, ou parte delas, no mesmo mercado relevante ou em mercados contíguos.

Entende-se por «mercado contíguo» o mercado de um produto ou serviço situado diretamente a montante ou a jusante do mercado relevante.

3.4. Exceto nos casos referidos no ponto 3.2, segundo parágrafo, uma empresa não pode ser considerada PME se 25 % ou mais do seu capital ou dos seus direitos de voto forem controlados, direta ou indiretamente, por um ou mais organismos públicos, a título individual ou conjuntamente.

3.5. As empresas podem emitir uma declaração sobre a respetiva qualificação como empresa autónoma, parceira ou associada, assim como sobre os dados relativos aos limiares enunciados no ponto 2. A declaração pode ser emitida mesmo se a dispersão do capital não permitir determinar precisamente quem o detém, contanto que a empresa declare, de boa-fé, que pode legitimamente presumir que não é detida, em 25 % ou mais, por uma empresa, nem conjuntamente por empresas associadas entre si. A emissão de declarações deste tipo não prejudica os controlos ou verificações previstos por regras nacionais ou da União.

4. Dados a utilizar no cálculo dos efetivos e dos montantes financeiros, e período de referência

- 4.1. Os dados a utilizar no cálculo dos efetivos e dos montantes financeiros são os do último exercício contabilístico encerrado, calculados numa base anual. Os dados devem ser tidos em conta a partir da data de encerramento das contas. O montante do volume de negócios considerado é calculado com exclusão do imposto sobre o valor acrescentado (IVA) e de outros impostos indiretos.
- 4.2. Se, na data de encerramento das contas, uma empresa verificar que excedeu ou ficou aquém, em termos anuais, do limiar de efetivos ou dos limiares financeiros indicados no ponto 2, não adquire nem perde, por esse facto, a qualidade de média, pequena ou microempresa, salvo se exceder os referidos limiares durante dois exercícios consecutivos.
- 4.3. Tratando-se de uma empresa constituída recentemente, cujas contas ainda não tenham sido encerradas, os dados a considerar devem ser objeto de uma estimativa de boa-fé no decurso do exercício.

5. Efetivos

Os efetivos correspondem ao número de unidades trabalho-ano (UTA), isto é, ao número de pessoas que trabalharam na empresa em questão ou por conta dela a tempo inteiro durante todo o ano considerado. O trabalho das pessoas que não trabalharam todo o ano, ou trabalharam a tempo parcial, independentemente da sua duração, e o trabalho sazonal, são contabilizados em frações de UTA. Os efetivos são compostos por:

- a) Assalariados;
- b) Pessoas que trabalham para a empresa como subordinadas e equiparadas pela lei nacional a assalariados;
- c) Proprietários-gestores;
- d) Sócios que exercem uma atividade regular na empresa e beneficiam das vantagens financeiras da mesma.

Os aprendizes ou estudantes em formação profissional, titulares de um contrato de aprendizagem ou de formação profissional, não são contabilizados nos efetivos. A duração das licenças de maternidade ou parentais não é contabilizada.

6. Determinação dos dados da empresa

- 6.1. Tratando-se de uma empresa autónoma, a determinação dos dados, incluindo os efetivos, efetua-se unicamente com base nas contas da empresa.
- 6.2. Os dados, incluindo os efetivos, de uma empresa que tenha empresas parceiras ou associadas são determinados com base nas contas e noutros dados da empresa, ou — caso existam — nas contas consolidadas da empresa, ou nas contas consolidadas nas quais a empresa for retomada por consolidação.

Aos dados referidos no primeiro parágrafo são agregados os dados das eventuais empresas parceiras da empresa considerada, situadas imediatamente a montante ou a jusante da mesma.

A agregação é proporcional à percentagem de participação no capital ou de direitos de voto (a mais alta destas duas percentagens). Em caso de participação cruzada, é aplicável a mais alta destas percentagens.

Aos dados referidos no primeiro e segundo parágrafos são agregados 100 % dos dados das eventuais empresas direta ou indiretamente associadas à empresa considerada, que não tenham sido retomados por consolidação nas contas.

6.3 Para efeitos da aplicação do ponto 6.2:

- a) Os dados das empresas parceiras da empresa considerada resultam das respetivas contas e de outros dados, consolidados caso existam. A estes agregam-se 100 % dos dados das empresas associadas a essas empresas parceiras, salvo se os respetivos dados já tiverem sido retomados por consolidação;
- b) Os dados das empresas associadas à empresa considerada resultam das respetivas contas e de outros dados, consolidados caso existam. A estes agregam-se, proporcionalmente, os dados das eventuais empresas parceiras dessas empresas associadas, situadas imediatamente a montante ou a jusante destas últimas, salvo se já tiverem sido retomados nas contas consolidadas, numa proporção pelo menos equivalente à percentagem definida no ponto 6.2, segundo parágrafo.

6.4 Quando os efetivos de uma determinada empresa não constem das contas consolidadas, o seu cálculo efetua-se mediante a agregação, de forma proporcional, dos dados relativos às empresas das quais essa empresa for parceira e a adição dos dados relativos às empresas às quais essa empresa for associada.

ANEXO II

Informações relativas aos auxílios estatais isentos nas condições do presente regulamento

PARTE I

a facultar através do sistema de notificação eletrónica existente da Comissão, tal como previsto no artigo 11.º

Referência do auxílio	<i>(a preencher pela Comissão)</i>	
Estado-Membro		
Número de referência do Estado-Membro		
Região	Designação da região [NUTS⁽¹⁾] 	<input type="checkbox"/> Regiões ultraperiféricas <input type="checkbox"/> Ilhas remotas da Grécia <input type="checkbox"/> Ilhas croatas de Dugi Otok, Vis, Mljet e Lastovo <input type="checkbox"/> Outra
Autoridade que concede o auxílio	Nome	
	Endereço postal	
	Endereço Web	
Título da medida de auxílio		
Base jurídica nacional (referência à publicação oficial nacional)		

¹ NUTS – Nomenclatura das Unidades Territoriais Estatísticas. Regra geral, a região é especificada ao nível 2.

Ligação Web ao texto integral da medida de auxílio			
Tipo de medida	<input type="checkbox"/> Regime		
	<input type="checkbox"/> Auxílio <i>ad hoc</i>	Nome do beneficiário e do grupo ⁽²⁾ a que pertence	
Alteração de um regime de auxílio ou de um auxílio <i>ad hoc</i>		Referência da Comissão relativa ao auxílio	
	<input type="checkbox"/> Prorrogação		
	<input type="checkbox"/> Modificação		
Duração ⁽³⁾	<input type="checkbox"/> Regime	dd/mm/aaaa a dd/mm/aaaa	
Data da concessão	<input type="checkbox"/> Auxílio <i>ad hoc</i>	dd/mm/aaaa	
Setores económicos abrangidos	<input type="checkbox"/> Todos os setores económicos elegíveis para auxílios		
	<input type="checkbox"/> Limitado a certos setores: especificar a nível do grupo NACE ⁽⁴⁾		
Tipo de beneficiário	<input type="checkbox"/> PME		
	<input type="checkbox"/> Grandes empresas		
Orçamento	Montante total anual do orçamento previsto ao abrigo do regime ⁽⁵⁾	Moeda nacional (montantes totais)	

² Para efeito das regras de concorrência estabelecidas no Tratado e do presente regulamento, entende-se por empresa qualquer entidade que desenvolva uma atividade económica, independentemente do seu estatuto jurídico e da forma como é financiada. O Tribunal de Justiça declarou que as entidades jurídicas controladas pela mesma entidade (de direito ou de facto) devem ser consideradas uma empresa.

³ Período durante o qual a autoridade que concede o auxílio se pode comprometer a concedê-lo.

⁴ NACE Rev. 2 – Nomenclatura Estatística das Atividades Económicas na União Europeia. Regra geral, o setor deve ser especificado a nível do grupo.

	Montante global do auxílio <i>ad hoc</i> concedido à empresa ⁽⁶⁾	Moeda nacional (montantes totais)	
	<input type="checkbox"/> Para garantias ⁽⁷⁾	Moeda nacional (montantes totais)	
Instrumento de auxílio	<input type="checkbox"/> Subvenção/Bonificação de juros		
	<input type="checkbox"/> Serviços subvencionados		
	<input type="checkbox"/> Empréstimo/Adiantamentos reembolsáveis		
	<input type="checkbox"/> Garantia [se adequado, com uma referência à decisão da Comissão ⁽⁸⁾]		
	<input type="checkbox"/> Benefício fiscal ou isenção fiscal		
	<input type="checkbox"/> Outros (especificar) Indicar em que categoria geral <i>infra</i> melhor se enquadra em termos de efeito/função: <input type="checkbox"/> Subvenção <input type="checkbox"/> Serviços subvencionados <input type="checkbox"/> Empréstimo <input type="checkbox"/> Garantia <input type="checkbox"/> Benefício fiscal		
Se cofinanciado por fundo(s) da UE	Designação do(s) fundo(s) da UE:	Montante do financiamento (por fundo da UE)	Moeda nacional . (montantes totais)

PARTE II

⁵ Tratando-se de um regime de auxílio: indicar o montante global anual do orçamento previsto ao abrigo do regime ou as perdas fiscais anuais estimadas para todos os instrumentos de auxílio incluídos no regime.

⁶ Tratando-se de um auxílio *ad hoc*: indicar o montante global do auxílio/perda fiscal.

⁷ Para garantias, indicar o montante (máximo) de empréstimos garantido.

⁸ Se adequado, referência à decisão da Comissão que aprova a metodologia para o cálculo do equivalente-subvenção bruto, em conformidade com o artigo 5.º, n.º 2, alínea c).

a facultar através do sistema de notificação eletrónica existente da Comissão, tal como previsto no artigo 11.º

Indicar a disposição do regulamento de isenção por categoria para as pescas ao abrigo da qual a medida de auxílio é aplicada.

<input type="checkbox"/> Auxílios à inovação no setor das pescas (artigo 15.º)
<input type="checkbox"/> Auxílios aos serviços de aconselhamento (artigo 16.º)
<input type="checkbox"/> Auxílios às parcerias entre cientistas e pescadores (artigo 17.º)
<input type="checkbox"/> Auxílios para a promoção do capital humano e do diálogo social (artigo 18.º)
<input type="checkbox"/> Auxílios para facilitar a diversificação e novas formas de rendimento (artigo 19.º)
<input type="checkbox"/> Auxílios para a primeira aquisição de um navio de pesca (artigo 20.º)
<input type="checkbox"/> Auxílios para melhorar a saúde, a segurança e as condições de trabalho dos pescadores (artigo 21.º)
<input type="checkbox"/> Auxílios ao pagamento de prémios de seguro e às contribuições financeiras para fundos mutualistas (artigo 22.º)
<input type="checkbox"/> Auxílios para sistemas de atribuição de possibilidades de pesca (artigo 23.º)
<input type="checkbox"/> Auxílios para a limitação do impacto da pesca no ambiente e a adaptação da pesca à proteção das espécies (artigo 24.º)
<input type="checkbox"/> Auxílios para a inovação ligada à conservação dos recursos biológicos marinhos (artigo 25.º)
<input type="checkbox"/> Auxílios para a proteção e restauração da biodiversidade e dos ecossistemas marinhos e regimes no quadro de atividades de pesca sustentáveis (artigo 26.º)
<input type="checkbox"/> Auxílios para aumentar a eficiência energética e para atenuar os efeitos das alterações climáticas (artigo 27.º)
<input type="checkbox"/> Auxílios destinados a melhorar o valor acrescentado, a qualidade dos produtos e a utilização das capturas indesejadas (artigo 28.º)
<input type="checkbox"/> Auxílios para portos de pesca, locais de desembarque, lotas e abrigos (artigo 29.º)
<input type="checkbox"/> Auxílios para a pesca interior e a fauna e a flora aquáticas interiores (artigo 30.º)
<input type="checkbox"/> Auxílios à inovação na aquicultura (artigo 32.º)
<input type="checkbox"/> Auxílios a investimentos na aquicultura para aumentar a produtividade ou que tenham um efeito positivo no ambiente (artigo 33.º)
<input type="checkbox"/> Auxílios para serviços de gestão, de substituição e de aconselhamento para as explorações aquícolas (artigo 34.º)
<input type="checkbox"/> Auxílios para a promoção do capital humano e da ligação em rede na aquicultura (artigo 35.º)

<input type="checkbox"/> Auxílios para o aumento do potencial dos sítios aquícolas (artigo 36.º)		
<input type="checkbox"/> Auxílios para o incentivo aos novos aquicultores no setor da aquicultura sustentável (artigo 37.º)		
<input type="checkbox"/> Auxílios para a conversão para sistemas de ecogestão e auditoria e para a aquicultura biológica (artigo 38.º)		
<input type="checkbox"/> Auxílios para serviços ambientais (artigo 39.º)		
<input type="checkbox"/> Auxílios para medidas de saúde pública (artigo 40.º)		
<input type="checkbox"/> Auxílios para medidas de saúde e bem-estar dos animais (artigo 41.º)		
<input type="checkbox"/> Auxílios destinados à prevenção, ao controlo e à erradicação de doenças (artigo 42.º)		
<input type="checkbox"/> Auxílios aos investimentos destinados a prevenir e atenuar os danos causados por doenças dos animais (artigo 43.º)		
<input type="checkbox"/> Auxílios para o seguro das populações aquícolas (artigo 44.º)		
<input type="checkbox"/> Auxílios a medidas de comercialização (artigo 45.º)		
<input type="checkbox"/> Auxílios para a transformação de produtos da pesca e da aquicultura (artigo 46.º)		
<input type="checkbox"/> Auxílios à recolha, gestão, utilização e tratamento de dados no setor das pescas (artigo 47.º)		
<input type="checkbox"/> Auxílios destinados a prevenir e atenuar os danos causados por calamidades naturais (artigo 48.º)		
<input type="checkbox"/> Auxílios destinados a remediar os danos causados por calamidades naturais (artigo 49.º)	Tipo de calamidade natural:	<input type="checkbox"/> terramoto <input type="checkbox"/> avalanche <input type="checkbox"/> deslizamento de terras <input type="checkbox"/> inundação <input type="checkbox"/> tornado <input type="checkbox"/> furacão <input type="checkbox"/> erupção vulcânica <input type="checkbox"/> incêndio florestal <input type="checkbox"/> outra Especifique:
	Data de ocorrência da calamidade natural	dd/mm/aaaa a dd/mm/aaaa
<input type="checkbox"/> Auxílios destinados a prevenir e atenuar os danos causados por acontecimentos climáticos adversos equiparáveis a calamidades naturais (artigo 50.º)		
<input type="checkbox"/> Auxílios destinados a remediar os danos causados por acontecimentos climáticos adversos	Tipo de acontecimento:	<input type="checkbox"/> geada <input type="checkbox"/> tempestades <input type="checkbox"/> granizo

equiparáveis a calamidades naturais (artigo 51.º)		<input type="checkbox"/> chuvas fortes ou persistentes <input type="checkbox"/> secas graves <input type="checkbox"/> outro Especifique:
	Data do acontecimento:	dd/mm/aaaa a dd/mm/aaaa
<input type="checkbox"/> Auxílios destinados a prevenir e atenuar os danos causados por animais protegidos (artigo 52.º)		
<input type="checkbox"/> Auxílios destinados a remediar os danos causados por animais protegidos (artigo 53.º)		
<input type="checkbox"/> Auxílios para projetos de DLBC (artigo 54.º)		
<input type="checkbox"/> Montantes limitados de auxílios para projetos de DLBC (artigo 55.º)		
<input type="checkbox"/> Reduções e isenções fiscais ao abrigo da Diretiva 2003/96/CE (artigo 56.º)		
Justificação	Indicar os motivos que levaram a que se tenha estabelecido um regime de auxílios estatais ou concedido um auxílio <i>ad hoc</i> , em vez de se ter optado por um apoio ao abrigo do Fundo Europeu dos Assuntos Marítimos, das Pescas e da Aquicultura (FEAMPA): <input type="checkbox"/> medida não abrangida pelo programa operacional nacional; <input type="checkbox"/> definição das prioridades na atribuição de fundos no quadro do programa operacional nacional; <input type="checkbox"/> indisponibilidade de financiamento ao abrigo do FEAMPA <input type="checkbox"/> Outros Especifique:	

ANEXO III

Disposições aplicáveis à publicação das informações a que se refere o artigo 9.º, n.º 1

Os Estados-Membros devem organizar os seus sítios Web abrangentes sobre os auxílios estatais, nos quais devem ser publicadas as informações a que se refere o artigo 9.º, n.º 1, de forma a permitir um acesso fácil à informação.

As informações devem ser publicadas em formato de folha de cálculo, permitindo que os dados sejam pesquisados, extraídos e facilmente publicados na Internet, por exemplo em formato CSV ou XML. O acesso ao sítio Web deve ser permitido a qualquer parte interessada, sem restrições. Não deve ser necessário qualquer registo prévio de utilizador para aceder ao sítio Web.

Devem ser publicadas as seguintes informações sobre a concessão de cada auxílio, tal como referido no artigo 9.º, n.º 1, alínea c)⁹:

- Nome do beneficiário;
- Identificador do beneficiário;
- Tipo de empresa (PME/grandes empresas) na data de concessão do auxílio;
- Região em que o beneficiário está localizado, ao nível II da NUTS¹⁰;
- Setor de atividade ao nível de grupo da NACE¹¹;
- Elemento de auxílio, expresso em montante total na moeda nacional¹²;
- Instrumento de auxílio¹³ [subvenção/bonificação de juros, empréstimo/adiantamentos reembolsáveis/subvenção reembolsável, garantia, benefício fiscal ou isenção fiscal, outro (especificar)];
- Data da concessão;
- Objetivo do auxílio;

⁹ Tendo em consideração o interesse legítimo no que se refere à transparência da prestação de informações ao público, na ponderação das necessidades de transparência face aos direitos nos termos das normas em matéria de proteção de dados, a Comissão conclui que se justifica a publicação do nome do beneficiário do auxílio, caso seja uma pessoa singular ou uma pessoa coletiva cuja denominação legal contenha nomes de pessoas singulares (consultar C-92/09, Volker und Markus Schecke/Eifert, n.º 53), tendo em conta o artigo 49.º, n.º 1, alínea g), do Regulamento (UE) 2016/679 do Parlamento Europeu e do Conselho, de 27 de abril de 2016, relativo à proteção das pessoas singulares no que diz respeito ao tratamento de dados pessoais e à livre circulação desses dados e que revoga a Diretiva 95/46/CE. As normas em matéria de transparência visam uma maior conformidade, maior responsabilização, a avaliação inter pares e, em última análise, uma maior eficiência nas despesas públicas. Estes objetivos prevalecem sobre os direitos de proteção de dados das pessoas singulares beneficiárias de apoio público.

¹⁰ NUTS – Nomenclatura das Unidades Territoriais Estatísticas. Regra geral, a região é especificada ao nível 2.

¹¹ Regulamento (CEE) n.º 3037/90 do Conselho, de 9 de outubro de 1990, relativo à nomenclatura estatística das atividades económicas na Comunidade Europeia (JO L 293 de 24.10.1990, p. 1).

¹² Equivalente-subvenção bruto. Para os regimes fiscais, este montante pode ser comunicado por intervalos, estabelecidos no artigo 9.º, n.º 2.

¹³ Se o auxílio for concedido através de múltiplos instrumentos de auxílio, o montante do auxílio deve ser indicado por instrumento.

- Autoridade que concede o auxílio
- Referência da medida de auxílio¹⁴.

ANEXO IV

Taxas específicas de intensidade máxima de auxílio

Linha	Categoria específica de operação	Taxa de intensidade máxima de auxílio
1	<p>As seguintes operações contribuem para o cumprimento da obrigação de desembarcar referida no artigo 15.º do Regulamento (UE) n.º 1380/2013:</p> <ul style="list-style-type: none"> – operações que melhoram a seletividade das artes de pesca em termos de tamanho e de espécies; – operações que melhoram as infraestruturas dos portos de pesca, das lotas, dos locais de desembarque e dos abrigos, para facilitar o desembarque e o armazenamento de capturas indesejadas; – operações que facilitam a comercialização das capturas indesejadas desembarcadas de unidades populacionais comerciais, em conformidade com o artigo 8.º, n.º 2, alínea b), do Regulamento (UE) n.º 1379/2013. 	<p>100 %</p> <p>75 %</p> <p>75 %</p>
2	Operações destinadas a melhorar a saúde, a segurança e as condições de trabalho a bordo dos navios de pesca	75 %
3	Operações localizadas nas regiões ultraperiféricas	85 %
4	Operações localizadas em ilhas gregas que, de acordo com a legislação nacional, foram consideradas remotas e nas ilhas croatas de Dugi Otok, Vis, Mljet e Lastovo	85 %
5	Operações relacionadas com a pequena pesca costeira	100 %
6	<p>Operações que satisfaçam cumulativamente os seguintes critérios:</p> <ul style="list-style-type: none"> i) sejam de interesse coletivo, ii) tenham um beneficiário coletivo, iii) tenham características inovadoras ou assegurem o acesso 	100 %

¹⁴ Como indicado pela Comissão no âmbito do procedimento eletrónico referido no artigo 11.º do presente regulamento.

	público aos seus resultados	
7	Operações realizadas por organizações de produtores, associações de organizações de produtores ou organizações interprofissionais	75 %
8	Operações destinadas a apoiar a aquicultura sustentável	60 %
9	Operações de apoio a produtos, processos ou equipamentos inovadores no domínio das pescas, da aquicultura e da transformação com base nos artigos 15.º, 25.º, 28.º, 30.º, 32.º, 33.º e 36.º	75 %
10	Operações realizadas por organizações de pescadores ou outros beneficiários coletivos	60 %
11	Instrumentos financeiros	100 %